

O Papel do FMI na Argentina Durante e Após o Regime de Conversibilidade: reformas, cooperação e conflito

Marcelo Pereira Fernandes (UFF)

A hiperinflação argentina do final dos anos 1980 e início dos 1990 deu ensejo ao Plano de Conversibilidade, que deixou marcas profundas na história do país nos dez anos em que esteve em vigor. Para “importar” a estabilidade monetária, o Plano criou um sistema de *currency board*, muito utilizado durante o século XIX nas colônias britânicas na África, Ásia e Caribe, no interior do qual ficou garantida a conversibilidade plena do peso ao dólar a uma taxa fixa.

A Argentina apresentou efeitos macroeconômicos extremamente positivos nos primeiros anos do regime de Conversibilidade. Mas manteve-se presa ao regime mesmo quando as condições externas e internas eram insustentáveis. Com isso, o fim da experiência foi traumático. Envolto numa crise sem precedentes, com a declaração de moratória e queda acentuada do produto e do emprego, que ultrapassou muito os limites do espaço econômico, e terminou desembocando numa crise política de grande dimensão.

Durante os anos em que vigorou o regime de Conversibilidade, o FMI cumpriu papel destacado. Além da ajuda financeira, foram realizadas em torno de 50 missões de assistência técnica de funcionários do Fundo à Argentina. De fato, a Argentina se tornou um caso especial para o FMI. O país seguiu fielmente as reformas econômicas defendidas pela Instituição, passando a servir de exemplo às economias emergentes que se inseriam na globalização dos anos 1990.

O compromisso do FMI com o regime de Conversibilidade gerou diversos conflitos dentro da própria Instituição, a ponto de ser criada uma investigação especial do “Independent Evaluation Office” (IEO) com a intenção de avaliar a sua relação com o governo argentino durante o período em que o regime esteve em vigor. O principal questionamento: por que a Instituição continuou apoiando a Argentina com recursos financeiros quando a situação era reconhecidamente insustentável?

O objetivo deste artigo é analisar o papel do FMI na Argentina durante o regime de Conversibilidade até a exitosa reestruturação da dívida em 2005. O que chama a atenção neste caso é a radical mudança do Fundo em relação ao país após a adoção do câmbio flutuante. Em pouco tempo a Instituição passou de um extremo ao outro, isto é, em um momento apoio total, em outro, oposição radical. Em verdade, após o fim do *currency board* o Fundo passou de “emprestador de última instância” a “cobrador de última instância” da Argentina.

Deve-se destacar que o FMI sempre considerou o *currency board* um exemplo viável de política cambial para os mercados emergentes, e jamais exigiu qualquer mudança substantiva na política econômica argentina. Todavia, após o fim do regime, a Instituição se opôs a praticamente todas as medidas de política econômica que as autoridades argentinas tentavam colocar em prática.

Em junho de 2002, por exemplo, o FMI exigiu que o governo argentino voltasse atrás da sua decisão de intervir no mercado de câmbio, inclusive ameaçando não retomar as negociações caso os controles cambiais fossem mantidos. O Fundo acreditava que ocorreria uma valorização natural do peso devido à desvalorização de grande magnitude logo após o fim do regime de conversibilidade. Além disso, entendia que a Argentina não podia dispor livremente das reservas internacionais do banco central, argumentando que elas não pertenciam ao país. Isto em razão da elevada dívida do governo com a Instituição.

A vitória de Nestor Kirchner em 2003 marca um expressivo aumento das divergências entre a Argentina e o FMI que, de fato, se apresenta muito mais como uma reação do governo argentino, diante da postura intransigente que o Fundo passou a ter desde o fim do regime de Conversibilidade.

Apesar disso, e contrariando as expectativas, o país passou a crescer a taxas elevadas, ainda que com políticas opostas às recomendadas pelo FMI. A radicalização do governo Kirchner foi consequência do papel negativo que a Instituição jogou para estabilização e recuperação da economia argentina. O desfecho da relação entre a Argentina e o FMI, iniciada com o regime de Conversibilidade, se deu com a reestruturação exitosa da dívida e seu pagamento antecipado com o Fundo em janeiro de 2006.